

**JORNAL DO BRASIL**

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora Executiva*LUIZ ORLANDO CARNEIRO — *Diretor (Brasília)*WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*DACIO MALTA — *Editor*ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*ETEVALDO DIAS — *Editor Executivo (Brasília)*

## A Escola Reprovada

Ao assumir a pasta da Educação, o professor José Goldemberg disse, com todas as letras, que a competitividade das nações, hoje, não se define mais pela mão-de-obra abundante e barata, mas pela mão-de-obra treinada. O ex-reitor da Universidade de São Paulo demonstrou estar perfeitamente consciente de que a modernidade passa pela educação.

De outra parte, sabe-se que a atual Constituição destina 18% dos recursos da União e 25% dos recursos dos estados e municípios para a educação — o que é enorme. Ainda assim, a educação brasileira vai mal, e isso é um mau presságio para a nossa economia nos próximos 10 ou 20 anos.

Os números são cruéis: todos os países que estão abandonando o Terceiro Mundo têm 90% de suas populações com o 2º grau completo, como a Coreia do Sul. Deixemos de lado, por piedade, os Estados Unidos, onde 60% da população têm nível universitário e 100% o 2º grau completo. Aqui, apenas 7% dos brasileiros completam os oito anos de escolaridade equivalentes ao 1º grau. No Nordeste, somente 3,5%. Em termos de educação, só estamos na frente do Haiti e de Serra Leoa.

O exemplo da Coreia do Sul — um dos tigres asiáticos — é bem revelador do nosso descompasso. Entre 1965 e 1990, os matriculados no curso secundário em nosso país passaram de 16% para 39% da população em idade de frequentar ginásios. Na Coreia, no mesmo período, as matrículas no secundário saltaram de 35% para 94%. Como é inadequada, a expansão educacional no Brasil resultou, perversamente, em maior desigualdade de renda.

Em 1985, 61% de nossa força de trabalho masculina tinham educação primária. Em 1986, na Coreia, apenas 7,5% tinham educação elementar ou inferior. Esse quadro desolador fica completo quando constatamos da existência, em forma endêmica, dos fenômenos da repetência, da evasão escolar, da insuficiente carga horária escolar, da inadaptação dos currículos às populações de baixa renda. O nível de formação dos nossos professores, o tempo de permanência da criança na escola e os investimentos do Estado na educação são inferiores no Brasil aos de Cuba ou da Coreia.

E o pouco dinheiro destinado à educação, no Brasil, é muito mal utilizado: ao contrário das escolas privadas, as escolas públicas não têm bibliotecas. E a situação do ensino superior não é melhor: os recursos que o governo lhe destina são, no dizer do ministro Goldemberg, “escoados para o pagamento de pessoal. Não sobram recursos para pesquisas.” A UFRJ, por exemplo, tem um servidor público para cada dois alunos.

O universitário brasileiro, nesse sistema irracional, é um dos mais caros do mundo. Ele custa

aos cofres públicos US\$ 4.579 por ano. Seus colegas franceses e italianos saem, respectivamente, por US\$ 3.370 e US\$ 1.644 (em países de renda *per capita* quatro ou cinco vezes superior à nossa). A formação de um mexicano fica em US\$ 931 e de um colombiano em US\$ 605. Somos recordistas, porém, na relação aluno/docente: um professor brasileiro para cada grupo de 7,9 alunos; um professor francês para cada 22,8 alunos. A conta só poderia ser alta: as 50 instituições federais de ensino superior brasileiro absorvem quase 90% do orçamento global do Ministério da Educação. E o pior de tudo é que o custo fixo do sistema educacional é dez vezes superior ao que é efetivamente aplicado no aluno — objetivo final da educação.

Sem que se pregue o descomprometimento do Estado com o ensino superior, é mais do que óbvio que o governo deve repudiar as teorias conspiratórias cultivadas nos campus e o corporativismo das reitorias, e acabar com a balela da gratuidade do 3º grau. Não há ensino gratuito: todo o ensino é pago pelo contribuinte.

Existem várias propostas sensatas para corrigir essa situação deficitária: a instituição de um adicional no Imposto de Renda para as famílias que tenham filhos nas universidades, ou ainda, limitar o custeio público aos alunos oriundos da rede pública de ensino.

O importante é a diversificação das fontes de recursos, como a abertura das universidades à colaboração com o setor industrial. Tal colaboração seria capaz de corrigir a concentração na área de humanidades, que exige menos recursos para a implantação de cursos e acaba gerando um saber bacharelesco e acadêmico, desvinculado das urgentes tarefas do desenvolvimento tecnológico e da própria demanda do mercado de trabalho. Não custa lembrar que, em 1990, a Unicamp teve 15% dos seus recursos oriundos de contratos com o setor industrial e agências financiadoras.

Se a educação não melhorar com maior rapidez, e não forem criadas novas oportunidades de trabalho em larga escala, a população brasileira poderá experimentar algumas décadas de mobilidade para baixo, com as terríveis consequências sociais e políticas normalmente associadas ao descontentamento.

É sabido que a volta do crescimento econômico é um passo para reabrir o espaço para a elevação social. Mas seria preciso complementá-lo com a preparação de pessoas para a ocupação de novas funções. Mais: a continuidade da expansão da rede de ensino superior no Brasil tem de ser acompanhada por mecanismos mais eficientes de controle de qualidade. Não há questão mais importante no Brasil de hoje do que a educação. Um problema de sempre.